

HISTÓRIA

EM  
DEBATE

ANAIS DO XVI<sup>º</sup> SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS  
PROFESSORES DE HISTÓRIA - RIO DE JANEIRO, 22 A 26 DE JULHO DE 1991.

# **HISTÓRIA EM DEBATE**

## **Problemas, Temas e Perspectivas**

ANPUH: 30 anos

**CNPq**

**InFour**

# Historiografia Brasileira e Marxismo

*Elias Thomé Saliba*

A discussão deste tema talvez deva iniciar-se com um diagnóstico negativo. Nas últimas décadas, o marxismo, enquanto um conjunto heurístico e vivo, deixou de constituir-se no interlocutor teórico privilegiado da historiografia brasileira.

Este diagnóstico, para não ficar na mera superfície do lugar-comum, deve desdobrar-se em três outras observações.

Em primeiro lugar, falar em marxismo (ou mesmo em "marxismos", já que a polissemia do termo exige o plural) muito simplesmente já desperta um sorriso de suspeita. Pois os marxismos carregam o pesado fardo dos exageros, ou aquilo que em história das ciências costumamos chamar de "princípio da concentração épica" - ou seja, costuma-se atribuir ao marxismo muita coisa que não tem nada a ver com ele e, por outro lado, costuma-se inocentá-lo de muitas coisas, pelas quais ele foi e é culpado... Esta "concentração épica" ocorre na produção de todo o conhecimento nas ciências sociais, tanto mais no caso da historiografia, já que o marxismo, concebido na sua dimensão mais pertinente - a dimensão do *materialismo histórico*, confunde-se com a própria construção da historiografia enquanto disciplina.

Em segundo lugar, falei em *conjunto heurístico e vivo*. Estas palavras não estavam lá para compor a frase. Saliento com esta expressão o caráter inacabado, provisório e mesmo incerto da metodologia do materialismo histórico; sua ênfase no diálogo constante com o empírico e na construção de teorias. Neste aspecto, continuam válidas as expressões de Sartre que considerava as afirmações centrais do materialismo histórico como *idéias reguladoras*, princípios diretores, indicações de tarefas; *problemas* e não "verdades concretas".

Em terceiro lugar, afastemos deliberadamente qualquer pretensão de análise da cena contemporânea - uma empresa difícil e quase impossível. Para nossos propósitos, que se resumem na análise de *tendências* historiográficas, basta citar um texto polêmico de François Furet, escrito em 1978, com o título "A Revolução Francesa Acabou", onde enfatiza a necessidade de pensar a revolução como uma representação, como uma *linguagem*, sem status ontológico ou efetiva existência material - como queriam as sagradas

interpretações marxistas<sup>(1)</sup>. Embora não concordemos com o tom de decreto peremptório contido no texto, acreditamos que ele seria sintomático do que ocorreu com a historiografia nos anos 80. A realidade histórica deixou de ser experimentada como algo passível de destruição e reconstrução - a frase gritada numa canção popular : "A gente somos inútil" - denotava nossa impotência para transcender o cinzento mundo dos fatos. Daí o passo seguinte, que foi perceber a história como um processo sem sujeito, sem identidade, sem determinação... A ansiedade do marxismo em projetar no passado a teleologia da revolução ou das utopias, acabou por cristalizar uma concepção de História que deixou de acompanhar criticamente as desilusões e as experiências políticas nos anos 70.

Assim, renunciando a abrangência ilusória e, para além dos significados históricos inerentes à essas experiências políticas é possível arriscar, pelo menos, algumas constatações gerais a respeito da produção historiográfica brasileira nas últimas duas décadas.

O repertório temático ampliou-se numa direção que poderia ser designada como a do "cultural", do simbólico e, ultimamente, do "imaginário". Isto pode ser constatado por um breve exame (naturalmente parcial) tanto das publicações quanto da produção acadêmica de teses e dissertações nos últimos dez anos. Podemos incluir aí muitas linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação, novas ou modificadas nos últimos cinco anos. Não citarei dados estatísticos de que não disponho, mesmo porque nossa época não parece estar muito a fim de estatísticas mas, de "experiências" pessoais e subjetivas. Mas podemos falar, sem muita hesitação, num amplo redimensionamento do "cultural" na temática da historiografia brasileira nos últimos dez anos.

O problema maior consiste em verificar o que é que o marxismo tem a ver com este redimensionamento do "cultural". Ora, foi através de reflexões heterodoxas a base do marxismo, que o recorte temático do cultural foi, de certa forma, se incorporando à historiografia brasileira. Os modelos de interpretação, fossem o marxismo mais heterodoxo - que trabalhava com o modelo "base/superestrutura" -, o modelo desenvolvimentista (de extração CEPALINA), ou o modelo da chamada "teoria da dependência"<sup>(2)</sup> - todos consideravam a dimensão cultural como "determinada" por uma outra dimensão da vida econômica, conforme o modelo adotado.

Quase toda a produção historiográfica nos anos 80 (falo sempre em termos de *tendência*) foi, no fundo, uma crítica velada a esta concepção prescritiva, abstrata e, ao mesmo tempo, *normativa* de Cultura. O conceito gramsciano de *hegemonia* - muito citado, pouco lido e ainda menos entendido - de larga circulação na historiografia britânica do pós-Guerra, serviu de mote

para muitos trabalhos mais importantes da historiografia brasileira no período - naturalmente, entendido num sentido renovado. A "cultura", com todo o seu arsenal simbólico foi então *religada* à uma totalidade histórica que o marxismo mais ortodoxo antes desprezara: como se formaram os mecanismos de dominação e de exploração entre os homens? Como estes mecanismos se construíram, se difundiram e, sobretudo, se perpetuaram?

Este adensamento da dimensão cultural foi e é extremamente saudável: primeiro, porque - ao contrário dos modelos anteriores - praticamente forçava o historiador a prestar atenção ao seu papel de *desmistificador do concreto*; forçava o historiador a se deparar com o imenso esforço da religiões, ciências e ideologias para estabelecer, "mítica" ou cientificamente, algumas regularidades no curso transformador da história, definindo, sutilmente, papéis sociais e sistemas estáveis de dominação e poder. Para a historiografia brasileira, em particular, tínhamos um desafio fascinante: o historiador deveria aplicar-se apenas a reproduzir esta ordem explicativa do real, numa clausura repetitiva e estéril? Ou questionar o *enunciador* da cultura, recriando o espaço social de onde ele falava e as lutas históricas concretas, no tecido das quais vicejam todas as suas significações?

Assim, o retorno ao cultural, ao simbólico, ao imaginário significou também um retorno a uma questão básica da epistemologia das ciências humanas: *como o sujeito constrói o seu objeto?* Que fique bem claro, não se tratava de um retorno nos termos "clássicos" da teoria do conhecimento; era um retorno à reflexividade do sujeito, nos seus dois níveis, tanto da história (*res gestae*) quanto na historiografia (*rerum gestarum*). A subjetividade do *enunciador* da cultura, daquele que viveu o momento histórico a ser estudado, tinha sua contrapartida na subjetividade do próprio historiador, como sujeito cognitivo.

Parece que este retorno à reflexividade do sujeito era um sintoma de um cansaço com uma história saturada de estruturas, hierarquias, modos-de-produção, sistemas, sub-sistemas - enfim, da *história como um processo sem sujeito*. O operário fora das fábricas, a mulher pobre, os vadios, as prostitutas, o escravo urbano, os marginais, os escritores e artistas obscuros - foram incorporando-se como temas conspícuos da historiografia brasileira. A própria dimensão cultural ganhou novos contornos. Modo de expressão e de auto-elaboração de um grupo social no correr da história, tornou-se portanto, também um campo de conflitos, de lutas, de possíveis não-equivalentes. A cultura começava a ganhar na historiografia brasileira, os contornos daquilo a que Sartre chamou de dimensão "prático-inerte" da vida humana, salientando, muito ao gosto da *Crítica da Razão Dialética*, que, afinal, na História "não se toma a Bastilha todos os dias."

O problema mais complexo é verificar o quê, neste redimensionamento do cultural, havia sobrado do marxismo enquanto perspectiva teórica - o operário, a mulher, a criança, o escravo, enfim, as classes sociais não eram mais *entidades* mas, *totalidades vivas*, pois eram definidas por si mesmas, no quadro da pesquisa efetiva. O materialismo histórico, enquanto um conjunto heurístico e vivo, portanto metodologicamente aberto, poderia substituir - isto desde que abandonasse a idéia obsessiva, de sentido messiânico, da alienação como *Queda* e da revolução como *Redenção*. A alienação escreveu Sartre, pode modificar os resultados da ação humana na história mas não a sua *realidade profunda*<sup>(3)</sup>.

O problema é que o marxismo no Brasil, por razões históricas já conhecidas, sofreu sempre do estigma da ortodoxia, do dogmatismo, para não falar em positivismos de várias faces - e a história do marxismo no Brasil, por falar como um autor recente, foi uma história de *derrota dialética*<sup>(4)</sup>. Não apenas o marxismo, não apenas a historiografia - todos carregamos, no Brasil, para falar com Stephen Jay Gould, o fardo histórico de uma herança platônica (ou de nosso avô lusitano) que busca sempre essências nítidas e fronteiras definidas<sup>(5)</sup>.

Portanto, este retorno à reflexividade do sujeito, particularmente na historiografia, importava numa ruptura metodológica que o marxismo brasileiro dificilmente conseguiria suportar; implicava numa ruptura com a *objetividade* ou, com aquilo que era mais caro à concepção de história no materialismo, a *determinação a partir do social* ou aquilo que, em termos filosóficos, constituía o *fundamento ontológico* da história.

Este é um dos aspectos da ampliação do repertório temático da historiografia brasileira, na direção do cultural, do simbólico e do imaginário. Compreender *como os homens do passado se compreendiam*, como eles constituíam a si mesmos, à sua alteridade e a sua própria história - tornou-se uma nova missão para os historiadores. O passado passou a ser visto como um feixe de *práticas discursivas*, como uma sucessão de versões que se sobrepunham uma às outras numa regressão quase infinita. Os objetos, antes inscritos ou recortados de uma história social, fragmentaram-se ou dissolveram-se num difuso território da *indeterminação*.

Acredito, portanto, que este redimensionamento do cultural não significou apenas a troca de um *reducionismo econômico ou social* para um mero *reducionismo cultural* ou "culturalismo eclético" - como querem certas análises um tanto apressadas ou esquemáticas<sup>(6)</sup>. Acredito assim, que é o estatuto da própria *representação* que é questionado: *reconstruímos o mundo real do passado ou apenas interpretamos esse mundo no seu retrocesso infinito de disfarces?*

Questionar o *estatuto da representação* implicava, portanto em questionar

a própria concepção de Verdade, implícita no materialismo histórico. Há que se convir que o marxismo, sobretudo nestas plagas - onde a *dialética*, na definição bem-humorada de Guimarães Rosa, era “um cego, num quarto escuro, procurando um gato preto, que não estava lá” - há que se convir, repito, que o marxismo no Brasil, onde a *dialética foi derrotada*, nunca foi muito pródigo com a questão da Verdade. Sempre nutriu uma nítida preferência pelas certezas às dúvidas e, com raras exceções, sentia-se muito mais à vontade com os sistemas fechados, estáveis e orgânicos de pensamento, do que com as disposições turbulentas e inquietantes da reflexão filosófica.

O marxismo continuaria a ser um guia heurístico para a pesquisa, um manancial teórico para a historiografia brasileira, se abandonasse um pouco a espécie de mito de que goza de um acesso privilegiado à Verdade. Até a Biologia abandonou a camisa-de-força do avanço linear, trabalhando com a perspectiva de que “a vida não é uma escada em que o progresso se faz de forma previsível e sim um arbusto profundamente ramificado e continuamente desbastado pela impiedosa tesoura da extinção<sup>(7)</sup>”. Todas as formas de saber e as disciplinas conhecidas como “humanidades”, já estão suficientemente convencidas de que, ao término de suas investigações não é a *verdade* que irão encontrar mas, *verdades*, descobertas após um penoso e longo processo de produção histórica.

Em síntese, o retorno à reflexividade do sujeito em lugar da suposta objetividade, desdobrada nisto que chamamos de redimensionamento do cultural, mostrou que os historiadores já trabalhavam tacitamente com um novo padrão de verdade.

Pessoalmente, considero que a obra historiográfica passou a ser discutida muito mais em função dos seus próprios procedimentos internos, reduzindo-se assim, toda a questão da síntese histórica à vicissitudes da *prática discursiva* do historiador. Hoje, a historiografia brasileira parece partilhar de uma tendência geral de historiografia europeia ou norte-americana; tanto a história quanto as ciências sociais parecem - hoje muito mais do que ontem - marcadas por um novo e fortíssimo anseio de *desmistificação*. Parodiando uma afirmação clássica do passado, as humanidades parecem hoje empenhadas não mais “em tratar os fatos sociais como coisas” mas, unicamente de analisar *como os fatos sociais se tornam coisas*, como eles se solidificam, ganham sentido, duração e estabilidade. “Toda disciplina, escreveu Hayden White - *é constituída pelo que ela proíbe seus praticantes de fazerem*. Toda disciplina é formada por um conjunto de restrições sobre o pensamento e a imaginação e nenhuma é mais cercada de tabus que a historiografia profissional<sup>(8)</sup>”. Acrescentamos que, nesta grande empresa desmistificadora, nem sempre é preciso indicar as contribuições da etnologia, da lingüística ou da psicanálise que, de uma certa

forma, mesmo no Brasil, sempre vieram um tanto à margem dos marxismos. A historiografia em geral - e não sei se a afirmação cabe para a historiografia brasileira, parece afinal, um tanto envergonhada de sua própria identidade no campo das Humanidades, passando a associar suas tarefas básicas a uma "desinvenção das tradições", a uma "desmistificação" da memória ou até, a uma "desconstrução" da própria historiografia.

Gostaria de concluir voltando à minha afirmação inicial. Nos últimos anos, o marxismo - enquanto um conjunto heurístico e vivo - deixou de constituir-se no interlocutor teórico privilegiado da historiografia brasileira. Mas não se trata de um diagnóstico negativo, pelo contrário. A produção historiográfica brasileira, acadêmica e não-acadêmica, de livros, teses e dissertações deu um salto quantitativo e qualitativo - e isto apesar das crescentes dificuldades de pesquisa que todos conhecemos.

Também não gostaria de encaminhar este debate para o embate, sectário e algo grotesco, entre partidários do racionalismo e do irracionalismo, entre os cultores da megera cartesiana, e os defensores da Salomé nietzschiana...

Mas gostaria de encerrar, deixando pelo menos uma questão que até agora omiti, ou fui deixando nas entrelinhas; uma questão que considero pertinente a este debate: O materialismo histórico, particularmente no caso da historiografia brasileira, seria o único herdeiro na tentativa de encontrar uma explicação global da sociedade? Neste universo pulverizado nos seus mais caros projetos, nesta sociedade brasileira dilacerada por contradições e contrastes, seria possível ainda imaginar, à maneira da utopia marxista, alguma perspectiva para transformações globais?

Para além da persistência fugaz ou do completo esgotamento das energias utópicas, acredito, ainda assim, que todo historiador necessita de uma utopia - pelo menos para deixar de parecer-se com aqueles que Mario de Andrade desprezava como "aqueles que algarismam os amanhãs..."

## NOTAS

- (1) Furet, François - *Penser la Révolution Française*, Paris, Gallimard, 1978, pp.13-60.
- (2) Frances Rocha, "Algumas notas sobre a polêmica entre novos e velhos temas da História" IN *Projeto História*, nº4, São Paulo, EDUC e Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, pp.15-19.

- (3) Sartre, Jean Paul, *Critique de la Raison Dialectique; tomo I: Théorie des ensembles pratiques*, Paris, Gallimard, 1960, pp.147-155.
- (4) Konder, Leandro - *A Derrota da dialética; a recepção das idéias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30*, Rio, Campus, 1989.
- (5) Stephen Jay Gould, "A mediana não é a mensagem" IN *Folha de São Paulo*, 6.06.91, p.7-4-.
- (6) Veja-se Gorender, Jacob - *A Escravidão reabilitada*, sobretudo o capítulo 7: "Pecados do Marxismo e miragens do antimarxismo", pp.97-112, S.Paulo, Ática, 1990.
- (7) Stephen Jay Gould, *Vida maravilhosa: o acaso na evolução e a natureza da história*, trad. Paulo César de Oliveira, S. Paulo, Cia. das Letras, 1990, p.31.
- (8) Hayden White, *Tropics of Discourse; Essays in cultural criticism*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1987, pp.35-36; sobre esta tendência ver também Hunt, Lynn (edit.) *The New Cultural History*, Un. of California Press, 1988.